

Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais

António Custódio Gonçalves

0. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na abordagem deste tema, impõem-se duas considerações preliminares: A primeira refere-se ao modelo conceptual e ao enquadramento teórico. A perspectiva adoptada é a da interacção das estruturas espaciais, das estruturas sociais e dos modelos culturais. Desta perspectiva resulta o questionamento da problemática determinista e tecnocrática, na esteira dos clássicos da Escola de Chicago, que atribui às características físicas da cidade a capacidade de induzir efeitos homogéneos, negligenciando ou minimizando a incidência dos factores culturais e da estrutura social. Analisaremos o espaço social urbano, não apenas como espaço físico, mas como um espaço utilizado pelos actores sociais, resultado da existência simultânea de várias actividades e de vários grupos, com posições diferenciadas e com diferentes capacidades de acção sobre a vida social e sobre o espaço.

A segunda está relacionada com os objectivos. Pretende-se analisar algumas formas de coexistência e práticas sociais nos meios urbanos em geral e na Cidade do Porto em particular, sobretudo em alguns tipos de bairros urbanos, caracterizados por espaços auto-centrados e ocupados por populações específicas. Assim será utilizado o conceito de «bairros urbanos» no sentido de unidades de ordenamento territorial, com idênticas e contínuas estruturas morfológicas, residenciais, funcionais e práticas socio-culturais.

A questão central da nossa análise refere-se ao significado do espaço urbano na explicação da vida social e aos efeitos diferenciados das diversas estruturas morfológicas, residenciais e funcionais do fenómeno urbano, segundo a diversidade das estruturas sociais e dos modelos culturais. Situar-nos-emos nos limites heurísticos do âmbito da problemática real e específica da antropologia e da sociologia urbana actual, tendo consciência, no entanto, de que a questão do espaço ur-

bano é complexa e abordada por outras perspectivas do real e outros domínios científicos.

Desenvolver-se-ão quatro questões fundamentais: A primeira refere-se à configuração sociológica de centro e de bairros. A *separação espacial* (conceito descritivo) não é necessariamente um processo de *segregação social* (conceito interpretativo), porque não há passagem automática de um a outro.

A segunda relaciona-se com a heterogeneidade ou homogeneidade interna dos bairros. Distinguir-se-ão alguns tipos de população, a partir do cruzamento de duas variáveis: uma de ordem económica, que assenta na posição entre *espaços valorizados* e *espaços residuais* (as populações que ocupam espaços urbanos mal localizados, com deficiente equipamento e fraca acessibilidade aos equipamentos colectivos, com reduzida especulação fundiária, apresentam maior risco de serem excluídas das facilidades e das qualidades urbanas); a outra, de ordem cultural, que consiste no desejo de se encontrar a segurança e a valorização através de um nível de participação mais ou menos limitado de interrelações densas e globais.

A terceira e a quarta questões referem-se às relações entre a lógica de *apropriação* (percepções e significações) e a lógica de *produção* do espaço urbano (capacidades de que dispõem os actores sociais para transformarem as estruturas espaciais). As duas variáveis precedentes são cruzadas com alguns *modos de comportamento*, como por exemplo o de exclusão imposta ou exclusão deliberada e o de vivência do modelo rural.

1. CONFIGURAÇÃO SOCIOLÓGICA DE CENTRO E DE BAIROS

Falar das formas de coexistência dos habitantes na cidade e das suas práticas sociais implica, à partida, a distinção entre o centro ou centros e os bairros. Enquanto que o centro é tanto mais valorizado quanto mais aberto se apresentar a todos os tipos de populações, de utilizações e de apropriações simbólicas, os bairros, ao contrário, são mais valorizados quanto à intensidade da significação e quanto à qualidade de utilização e de apropriação simbólica, sempre que sejam especificados quer por um determinado tipo de população, quer por uma função particular, quer ainda pela conjunção destas duas características.

Trata-se de um tema estimulante, embora complexo quanto à questão da definição e da delimitação do bairro e quanto à questão das incidências da hegemonia da perspectiva funcionalista que, durante perto de 30 anos, se afirmou, quase exclusivamente até à década de setenta, na análise da finalidade funcional do fenómeno urbano, sobretudo por parte de urbanistas e de técnicos de planeamento e de

ordenamento territorial. Procurando atribuir a cada função um espaço específico, distinto dos outros na sua implantação e na sua arquitectura, e animados por um projecto de igualdade social, os defensores desta perspectiva funcionalista e reducionista foram os arautos da ideia de bairros ou, melhor dito, de zonas residenciais de população heterogénea através da proximidade espacial quotidiana.

Em ordenamento territorial apresentam-se muitas definições de bairro, incluindo elementos, tais como um determinado espaço, características sociais comuns e interacção social, sem que haja consenso quanto à dimensão do espaço, quanto ao conteúdo e extensão das características sociais e quanto à densidade da interacção. Em sociologia interessa analisar a relação vivida a um determinado espaço, alicerçada nas suas práticas e nas suas utilizações, e ligada a uma conotação afectiva¹, mais ou menos pronunciada em termos de atracção ou de repulsa. Trata-se de duas perspectivas complementares e sinérgicas, no respeito da dinâmica das diferentes sensibilidades teóricas e analíticas.

Se os termos de bairro e de centro reenviam ambos a uma repartição formal do espaço, o primeiro ganha em intensidade de significação quando o seu conteúdo é especificado, enquanto que qualquer especificação reduz o sentido do segundo. Na verdade, os termos de «centro direcional», «centro administrativo», «centro comercial», «centro cultural» reenviam a um processo de revitalização do centro urbano, por meio de um zonamento de actividades e de populações mais diversas, quer residentes, quer utentes. O bairro caracteriza-se como sendo um lugar onde está presente predominantemente, embora não exclusivamente, uma população e/ou uma função particulares («bairros operários», «bairros residenciais», «bairros comerciais», «bairros sociais»... expressões que, em alguns casos, se convertem). Assim, centro polifuncional com populações diversas e bairros caracterizados predominantemente por um tipo de população e/ou uma função, parecem-nos ser os elementos constitutivos necessários à vitalidade duma cidade.

Além disso, parece-nos importante que este centro e os bairros se organizem em continuidade e complementaridade funcional, residencial e arquitectónica do espaço social. Esta continuidade encontra-se bem vincada na antiga cidade do Porto, desde o burgo medieval assente no morro de Penaventosa, com a Praça da Ribeira, o mais importante polo comercial de então, passando pela formalização do pla-

¹ Sobre as conotações afectivas do espaço social, veja-se sobretudo Claude LÉVY-LEBOYER, *Psychologie et environnement*, PUF, Paris, 1980, pp. 145-167 e Kaj NOSCHIS, *Signification affective du quartier*, Méridiens Klincksieck, Paris, 1984.

no semi-radiocêntrico com as portas da cerca fernandina, até à expansão «extra-muros» da época dos Almadas².

Esta continuidade e complementaridade funcional, residencial e arquitectónica é, no entanto, posta, por vezes, em causa com operações de renovação e de restauro que, frequentemente, levam à supressão de bairros de função específica, indispensáveis ao equilíbrio urbano. A Ribeira e o Barredo são exemplos típicos de tal situação. Situadas na margem direita do rio Douro, com a função histórica específica de porto da cidade e com um património histórico monumental, estas áreas são habitadas prevalentemente por antigos imigrantes de meios rurais e por populações em trânsito que se dedicam ao comércio e ao artesanato. Neste espaço social da cidade, território de um grupo cujos limites reais e vividos se foram estruturando ao longo do desenvolvimento urbano da cidade, criou-se um modo de vida muito próprio, com características sociais e culturais específicas, devidas à coexistência do espaço funcional, da relação residencial, da actividade económica e da criatividade lúdica.

A estrutura espacial destas assim chamadas «colmeias» caracteriza-se por uma elevada compacidade geral em função da ampla preponderância dos espaços construídos sobre os espaços de circulação e os espaços verdes: domínio da função residencial, de ocupação muito densa e constituídas por camadas sociais mais desfavorecidas³. *Convivialidade e centralidade* (entendidas como princípios de regulação, não apenas do campo de relações funcionais, organizado no espaço, mas também de reunião social e simbólica) parecem dever ser outras características relevantes destes espaços sociais, embora com práticas diferentes das da Foz Velha, por exemplo. As ruas, espaços públicos, são lugares privilegiados desta convivialidade. Casas e ruas não estão dissociadas. Estes bairros afirmam-se não tanto no âmbito duma hierarquia funcional, mas numa posição de supra-funcionalidade, onde a ambiência e o encontro no fervilhar da vida quotidiana são pelo menos tão importantes como a função utilitária.

Com a acentuação da terciarização do «centro histórico» da cidade começam, numa primeira fase, as operações de renovação, a cargo do «Comissariado para a renovação urbana da área da Ribeira-Barredo (CRUARB), com o objectivo de manter a função residencial, valorizando o seu património e arquitectónico e a sua especificidade num continuum de realojamento. Numa fase posterior, porém, esta política é alterada: promove-se prioritariamente a terciarização turística-

² J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, *O espaço urbano do Porto*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, 1973; J. J. FERREIRA ALVES, *O Porto na época dos Almadas, 1752-1804*, Faculdade de Letras, Porto, 1987 (tese de doutoramento policopiada).

³ J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, *o. cit.*, p. 353.

ca com a recuperação de prédios do património cultural e com a intensificação de actividades artesanais, comerciais e lúdicas. Tal política, que se insere no processo de revitalização do circuito económico do centro comercial e turístico da cidade e na ideia de zonamento social, leva ao realojamento de grande parte da população em bairros sociais afastados das residências anteriores e situados na periferia da cidade, formando uma faixa concêntrica e descontínua do espaço urbano⁴.

À política destas duas fases parecem-nos estar subjacentes dois modelos teóricos e duas perspectivas diferentes: a primeira é caracterizada pela equivalência formal entre o passado e o moderno, consubstanciada pelo urbanismo hausmaniano e, no caso vertente da Ribeira-Barredo, inscrita na perspectiva culturalista de animadores culturais e de técnicos de intervenção social que, não sem uma socialidade utópica, pretendem redescobrir uma cultura local e conservar a memória social: restaurar e renovar, sem mudar nem os valores, nem os costumes e práticas sociais, nem as populações que correriam o risco de perder a ligação com o passado, se fossem viver para bairros modernos, onde a sua história individual e colectiva, já não estaria inscrita nos espaços públicos. A segunda, inspirada num materialismo determinista, assenta fundamentalmente numa ruptura com o passado para afirmar exclusivamente o futuro e numa análise da espacialização da vida social ligada ao tipo de poder, quer económico quer político, que aí se exprime.

Mas não são apenas os bairros de função específica que, com estas operações de renovação, são eliminados da cidade. São também todos os bairros que se destroem ou reafectam em nome duma salubridade material ou moral. Tal aconteceu com as chamadas «ilhas» do Porto, tipo específico de habitação operária, que se desenvolveu na segunda metade do século passado, consistindo em filas de pequenas casas de um pavimento ou, raramente, de dois, alinhados ao longo de estreitos e extensos, corredores nas traseiras das habitações das classes médias. A estrutura espacial destas «ilhas», caracteriza-se por uma compacidade relativamente elevada do espaço construído, resultante da forma de aproveitamento do espaço em profundidade e perpendicularidade aos eixos das ruas; espaços de circulação sem hierarquia funcional, de interesse quase exclusivamente local, e espaços verdes muito fragmentados⁵. Estas «ilhas» estão ligadas à imigração rural para a cidade e ao desenvolvimento industrial da cidade, situando-se, por isso, perto das principais zonas industriais e sendo ocupadas pre-

⁴ M. MEIRELES e outros, «Ribeira-Barredo, operação de «renovação urbana», *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985, pp. 55-73.

⁵ J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA, *o. cit.*, pp. 355-360.

dominantemente por operários, sobretudo em bairros de origem rural, como S. Vítor, Campanhã, Freixo, Ramalde e Paranhos. As sucessivas campanhas de salubridade destas «ilhas» conduziram à destruição de muitas delas ou à remodelação de algumas e ao realojamento das populações em bairros sociais periféricos. A política de zonamento não se repercutiu apenas no habitat através de uma segregação espacial funcional, mas condicionou igualmente a segregação entre as próprias áreas residenciais⁶.

Surgem, entretanto, novas formas de urbanização, caracterizadas pelas funções sociais do urbanismo, de concepção utilitária e económica e com uma densa ocupação funcional do espaço construído. É o caso, entre outros, dos *Bairros de casas económicas* ou de *moradias populares*, situados em antigas áreas de terrenos agrícolas ou agro-silvícolas: Bairro de Casas Económicas do Marechal Gomes da Costa e Grupo de Moradias Populares da Pasteleira. Um outro exemplo refere-se a *Nevogilde* e ao *Bairro da Foz Velha*,⁷ áreas específicas no contexto do aglomerado urbano, de características rurais: participam de estruturas morfológicas, residenciais e funcionais, ligadas à agricultura (a primeira) e à pesca (a segunda) com uma composição social mista. No primeiro caso, embora as actividades agrícolas tendam a tornar-se secundárias e subsidiárias, tem-se a sensação de ruralidade, com o desenvolvimento de núcleos habitacionais em simbiose com os anexos destinados à prática agrícola; parte da população com estatuto socio-profissional mais elevado instala-se na parte mais antiga em vivendas ou em prédios polifamiliares.

A adaptação de bairros antigos e de velhas construções a novas utilizações é, sem dúvida, essencial à própria vida da cidade. Esses bairros são indispensáveis ao equilíbrio da cidade e ao seu dinamismo. Oferecem mais espaço a um preço reduzido e apresentam uma flexibilidade interna maior, capaz das mais diversas apropriações. Já Jane JACOBS fazia notar como é vital para uma cidade o facto de esta conservar prédios antigos e a preços diferentes, se não se quiser limitar os tipos de populações e de funções que podem aí instalar-se de

⁶ M. C. GROS, *O alojamento social sob o fascismo*, Afrontamento, Porto, 1982, pp. 202-231; M. C. TEIXEIRA, «Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» da cidade do Porto», *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985, pp. 74-89; Câmara Municipal do Porto, Plano de salubridade das ilhas do Porto, Porto, 1956. Sobre o realojamento das camadas populares em bairros centrais de Bolonha, Amiens e Ivry, em oposição à política mais corrente de urbanistas, será interessante em termos comparativos, consultar a obra de Gérard ALTHABE, Bernard LÉGÉ e Monique SELIM, *Urbanisme et réhabilitation symbolique*, Anthropos, Paris, 1984.

⁷ FERNANDES, J. A. R., «A Foz», *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, 1.ª série, vol. III, Porto, 1987, pp. 13-56.

acordo, por exemplo, com etapas da vida familiar e/ou económica ou com etapas da obtenção dum bem material ou cultural⁸.

Mesmo no «centro administrativo» e no «centro comercial» da Baixa portuense, zona de concentração de bancos, comércio e profissões liberais, é significativa a função residencial.

O grande problema das renovações parece-nos residir no facto de elas suprimirem abruptamente certas utilizações e/ou certos utentes. Como argumento, evocam-se os trabalhos da Escola de Chicago que defendia que a cidade se caracteriza pela substituição constante de utilizações e dos utentes mais fracos pelos mais fortes, fenómeno que é apresentado como «normal» e natural⁹. Mas não constituirá isto a expressão do domínio dum classe por outra? Acontece, frequentemente, que os antigos prédios que foram abandonados pela burguesia e progressivamente ocupados por pessoas de meios sociais desfavorecidos, são reapropriados depois por franjas de classes dominantes. Assiste-se, por outro lado, à iniciativa de indivíduos e de pequenos grupos que, à margem de qualquer planificação, reinvestem prédios antigos em modalidades diferentes. Toda a questão reside, a nosso ver, em saber como permitir estas mudanças sucessivas de utilizações e de utentes, que constituem o meio e o indicador da vitalidade dum cidade, tornando-se necessário que cada actividade, mesmo marginal, e cada grupo social, mesmo desfavorecido, conserve aí o seu lugar que corresponde às suas necessidades.

2. HOMOGENEIDADE OU HETEROGENEIDADE INTERNA DOS BAIRROS?

Se é consensual entre urbanistas e sociólogos a questão da importância de bairros diversos em populações e em funções à volta dum centro polifuncional, o mesmo não acontece, face a esta heterogeneidade de conjunto, própria, aliás, de qualquer centro urbano global, quanto à questão da homogeneidade interna de cada bairro. A maior parte de projectos de urbanistas defendem a heterogeneidade, apesar de constatarem que a homogeneidade é a regra de facto, vendo nessa heterogeneidade o meio privilegiado para a realização de três objectivos principais: enriquecer a vida de cada um com a variedade de contactos, promover o ideal da tolerância e da compreensão e a melhoria do conhecimento recíproco e propor aos mais desfavorecidos modos de vida alternativos, ajudando-os na sua ascensão social.

Podendo-se ou não estar de acordo com estes objectivos - o que

⁸ J. JACOBS, *The Death and Life of Great American Cities. The Failure of Town Planning*, Peregrine Books, 1984.

⁹ J. GANS, *People and Plans, Essays on Urban Problems and Solutions*, Penguin Books, 1972.

relewa de uma escolha ideológica - revela-se, contudo, indispensável, a nosso ver, abordar a seguinte questão: Será a heterogeneidade do bairro um meio adequado para atingir tais objectivos?

A convivência em unidades residenciais ou em imóveis de populações com estilos de vida e de recursos muito diversificados, longe de provocar uma aproximação, uma melhor compreensão e um desenvolvimento de contactos, é frequentemente causa de frustrações e de conflitos. Veja-se o caso típico desta heterogeneidade em Sarcelles, primeira cidade nova da região parisiense, caracterizada por grandes torres onde residiam familiares com profissões rendimentos e hábitos de vida heterogéneos. Ao fim de alguns anos, através de trocas de apartamentos de uma torre para outra, os habitantes acabaram por reconstituir torres socialmente homogéneas¹⁰.

Todas as considerações feitas a propósito da homogeneidade ou heterogeneidade devem interpretar-se no contexto cultural em que hoje vivemos. E assim não seriam válidas, por exemplo, na sociedade medieval, dominada por um modelo cultural de harmonia na hierarquia, que fazia aceitar as diferenças sociais como «normais» e «naturais», «correspondendo ao plano divino» e que condenava tudo o que procurasse sair do seu «estado». Hoje, porém, vivemos num contexto cultural que dificilmente tolera as desigualdades, ao contrário das situações anteriores em que as diferenças de «status», de rendimentos, de nível de vida eram, geralmente, reconhecidas como legítimas. A proximidade espacial torna-se dificilmente tolerável numa sociedade como a nossa, em que o modelo da competição pela igualdade pode resumir-se ao seguinte mote: «se eles, porque não eu?» O desejo de ter como os outros (e, se possível, mais e melhor que outros) torna a percepção das diferenças mais ou menos insuportável, e estas são rapidamente lidas em termos de injustiça, o que provoca a frustração e, por vezes, a violência. Assim a heterogeneidade, longe de ser automaticamente fonte de aproximação pode, no nosso contexto, atizar os conflitos e multiplicar as ocasiões da sua expressão concreta. É significativo, a este propósito, o caso dos três bairros da Pasteleira (Bairro D. Leonor, Bairro da Previdência e Bairro Residencial da Pasteleira Sul).

Esta aspiração à igualdade apresenta dois corolários quanto à questão da heterogeneidade ou homogeneidade dos bairros. A convivência de populações relativamente próximas umas das outras provoca uma possibilidade de confusão, que pode ser lida positiva ou negativamente: positivamente, se, convivendo com pessoas consideradas supe-

¹⁰ J. CHAMBOREDON e M. LEMAIRE, «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», *Revue Française de Sociologie*, XI, 1970, pp. 3-33.

riores a si, se espera ser assimilado a elas por uma leitura exterior: é a expectativa traduzida em certas mudanças de residência, que antecipam uma ascensão social esperada ou confirmam uma realizada; negativamente, no caso de uma demarcação em relação a uma vizinhança que se considera inferior à imagem, fundada ou infundada, que se tem de si próprio e com a qual se não pretende confundir. Assim, a vizinhança de populações socialmente próximas umas das outras, mas que insistem nas suas diferenças, não favorece a criação de solidariedades. Ao invés, populações com uma identidade social e cultural, altamente confirmada, não temerão da mesma forma instalar-se num bairro ou utilizar os equipamentos dum bairro conotado como nitidamente inferior, na medida em que não são confrontadas com a confusão de leitura. Neste caso, todavia, coloca-se um outro problema: as probabilidades que se tem de fazer aceitar ou impor aos outros o seu modo de vida como sendo o modo de vida legítimo, não são as mesmas para todos os meios sociais; por isso, a heterogeneidade pode levar à rejeição como ilegítimos de comportamentos e de maneiras de ser e de fazer não adoptados pelos meios sociais culturalmente dominantes.

A definição do que é um «bom vizinho» não é a mesma em todos os meios sociais: para uns, supõe a porta permanentemente aberta, com a possibilidade constante de trocas mútuas de serviços; para outros, o bom vizinho é aquele que se saúda esporadicamente, aceitando a eventualidade de serviços recíprocos excepcionais; para outros ainda, o bom vizinho é aquele com quem se partilham certas actividades mais ou menos regulares de cultura e de lazer. Geralmente, as diferenças culturais e os modos de vida são tanto mais provocantes e mal tolerados, quanto mais se impõem através duma proximidade espacial limitada e são perceptíveis a cada instante da vida quotidiana; os ruídos dos vizinhos são tanto mais incómodos na medida em que exprimem outros modos de educação das crianças ou outros gostos musicais... E na medida em que os modos de vida e de educação, os gostos e os ritmos são diferentes, mais se impõem os regulamentos formais que estabelecem sanções para os prevaricadores, o que provoca um sentimento de constrangimento que pode converter-se em provocação. Ao contrário, a partilha duma mesma concepção da qualidade do ambiente, da educação das crianças, um mesmo sentido da limpeza e da sujidade, da beleza e da fealdade reduz as ocasiões de conflito e minimiza as exigências de regulamentos explícitos.

Uma certa homogeneidade de populações favorece a construção da sua identidade e das suas identificações, o que pode ser importante, sobretudo numa primeira fase, para as populações imigradas que aí encontram uma certa segurança material e um apoio afectivo.

A heterogeneidade dos bairros uns em relação aos outros e a sua marca sociocultural cria a existência de escolhas na escala global da cidade, permitindo, assim, a expressão numa mobilidade residencial de uma mobilidade social maior ou menor. Se esta possibilidade de escolha não é idêntica para todos, ela existe, todavia, para a maioria da população, inclusivamente para muitos imigrantes cuja trajectória residencial parece ser uma modalidade importante de expressão duma integração social.

A relação ao espaço e a significação do bairro variam profundamente de um meio social para outro: para uns, é ao nível da unidade de vizinhança que se organiza toda a vida e que se estabelecem as redes de relações; para outros, o bairro é um ponto de referência que permite a inserção em diversos grupos organizados localmente, por exemplo, em organizações culturais, paroquiais e recreativas locais para certas franjas de classes médias; para outros ainda, o bairro é avaliado a partir da inserção do alojamento num meio envolvente considerado de qualidade, embora as relações criadas e os serviços utilizados sejam escolhidos independentemente do critério da proximidade espacial. Por conseguinte, as expectativas em relação à vida dos bairros diferem e as solidariedades não se desenvolvem necessariamente de maneira privilegiada com base espacial.

Foram evocados anteriormente alguns elementos que contrariam a ideia segundo a qual a heterogeneidade das populações em unidades residenciais contribuiria para o desenvolvimento de solidariedades. Isto não significa, porém, que sejamos defensores duma homogeneidade radical. Efectivamente, um bairro pode ser composto de unidades residenciais dirigidas a meios sociais diversos: ruas vizinhas podem ter uma conotação diferente, o que não obsta a que cada bairro tenha a sua coloração dominante, embora não exclusiva. A passagem duma dominante a outra deve ser progressiva e nunca através de fronteiras que estabeleçam uma ruptura radical, privilegiando-se a instalação de determinados serviços e de funções comuns: comércio de primeira necessidade, equipamentos colectivos e serviços públicos secundários.

A dominante social e/ou a particularidade funcional dum bairro constituem frequentemente o elemento atractivo ocasional para outras populações: comércio e bares exóticos, ambiências particulares e marginais, são tantas outras ocasiões de fricção na garantia da identidade própria. Assim, a atracção dos bairros populares é muito maior do que a dos bairros burgueses, menos equipados, menos vivos, menos extrovertidos e mais monótonos. Por outro lado, insistimos no facto de que todas as populações e todas as actividades, mesmo as

que podem ser consideradas como marginais, devem ter o seu lugar reconhecido na cidade. Pretende-se, assim, ir ao encontro desta exigência legítima da sua identidade, e também das suas identidades «ilegítimas», e igualmente permitir aos outros a identificação dos lugares que, na sua óptica, são de evitar ou de explorar. A este propósito, queremos sublinhar que, muitas vezes, os bairros com mais segurança efectiva são justamente ou os ocupados por meios populares, para quem a rua é um lugar efectivo de apropriação, onde cada um se sente responsável e como que em sua casa, ou os que constituem o território de minorias marcadas por uma ou outra forma de «ilegalidade» e desejosas de aí assegurarem a ordem. Querer eliminar da cidade estas populações e actividades, leva quer à dispersão e, por conseguinte, à insegurança, quer à recriação de outros lugares próprios em condições mais desfavoráveis, tanto para si próprias, como para o equilíbrio global da cidade.

Assim, uma homogeneidade relativa das unidades residenciais parece mais favorável, do que uma heterogeneidade reduzida, a contactos positivos entre populações diferentes, na medida em que, favorecendo a expressão de identidades culturais específicas de cada meio, reduz os riscos de imposição e tende a incentivar contactos mais igualitários e mais respeitadores das especificidades de cada um num contexto global de maior segurança para todos.

Além disso, o conceito de uma cidade viva, «centro de vida, de contactos e de confrontos»¹, supõe também uma nova política quanto ao zonamento do espaço que, como resposta a uma estrita racionalidade económica, reduz as possibilidades de contactos não directamente utilitários e formais, elimina ou, pelo menos, restringe um certo número de «economias de aglomeração»², ou seja, de vantagens produzidas pela vizinhança no espaço de funções diferentes, substitui a mistura e a interacção dinâmicas por uma justaposição de funções, com ritmos fragmentados de utilização e com um público especializado. Estas características contribuem para acentuar a insegurança da cidade e para excluir da informação e do poder tudo aquilo que é referido apenas pelos canais formais e controlados da sua difusão.

Esta nova política do espaço não se opõe à necessidade de dominantes funcionais. Tais especializações implicam a ideia de mistura e de interacção numa pluralidade de funções e, de preferência, de funções destinadas a clientelas diferentes com tempos diversos de frequência, de modo a assegurar, o mais possível, uma continuidade presencial. Por outro lado, a possibilidade de existência desta interacção

¹ J. RÉMY e L. VOYÉ, *Ville, ordre et violence*, PUF, Paris, 1981.

² J. RÉMY, *La ville, phénomène économique*, Cabay, Louvain-La-Neuve, 1982.

supõe o fraccionamento do espaço parcelar, favorecendo ocupações diferenciadas de espaços contíguos e evitando, assim, as sequências monofuncionais muito longas; supõe, simultaneamente, a diversificação relativa das rendas, o que permite níveis diferentes de funções e, nomeadamente, de comércios, o que aumenta as possibilidades de diversificar os utentes.

Para além das razões já referidas anteriormente, outras foram evocadas por Amos Rapoport¹³ e que, segundo ele, explicam a tendência para a ocupação de bairros onde prevalece a percepção da homogeneidade. Limitar-nos-emos a enumerar algumas dessas razões que nos parecem mais pertinentes. A homogeneidade diminui o «stress» e a necessidade de informação, evitando a sobrecarga informativa e reduzindo o sentimento de densidade no plano da percepção; torna mais operante toda uma série de sistemas de «defesa» psicológicos, culturais e outros, constituindo um mecanismo essencial de defesa, por exemplo, quanto aos limites às relações de vizinhança, favorece uma comunicação não verbal mais clara e mais efectiva: a linguagem do corpo, do vestuário, do comportamento e de sinais físicos é mais fácil de compreender e de relacionar com as regras e as situações ou contextos apropriados. A homogeneidade proporciona um apoio mútuo em momentos de tensão ou de mudança cultural: com a possibilidade de partilha de símbolos, da linguagem, de festas, de rituais, de um modelo familiar e educacional, a tensão pode ser fortemente reduzida, o que contribuirá, por exemplo, para a sobrevivência de grupos culturais e para o êxito da instalação de grupos de imigrantes; naturalmente, o peso desta homogeneidade varia segundo o grau de tensão, segundo a rapidez da mudança e o estreitamento de laços que unem o grupo a um dado espaço. Enfim, a existência de numerosas zonas homogéneas, do ponto de vista interno, aumenta a escolha no conjunto global da cidade e, em termos de qualidade estética, permite a personalização de cada espaço, o que leva à complexidade, e não ao caos, através da definição de zonas consistentes em si próprias. Assim, os grupos e os indivíduos vêm mais facilmente manifestar-se a sua identidade através do espaço e podem transmiti-la reciprocamente.

Esta análise de Amos Rapoport parece-nos interessante, porque, por um lado, insiste na necessária combinatória de bairros homogéneos no seio de um centro heterogéneo, e ilustra o facto de que a homogeneidade é a condição da identidade e da autonomia de comportamento, que estão na base de uma comunicação mais igualitária

¹³ A. RAPOPORT, «Neighbourhood. Heterogeneity or Homogeneity», *Architecture et Comportement*, I, 1980-1981, pp. 65-77. Veja-se, igualmente do mesmo autor, *House Form and Culture*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N. J., 1969, pp. 28-32.

ou menos desigual; por outro lado, leva-nos a abordar, de seguida, embora sucintamente, duas questões importantes: a lógica de apropriação e a lógica de produção do espaço social, a dimensão do bairro e o problema do bairro como base espacial de participação ou de retraimento.

3. LÓGICA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO BAIRRO

As percepções e significações dos bairros estão relacionadas com a questão da dimensão do bairro. Esta questão da dimensão do bairro só tem sentido, na nossa perspectiva, na medida em que é redimensionada pelas percepções e pelas práticas sociais - percepções e práticas que variam de um contexto para outro e de um meio para outro e que se apoiam na diversidade da relação ao espaço.

A dimensão «ideal» do bairro tem sido amplamente desenvolvida em planeamento urbano, encontrando-se, por exemplo, nos planos urbanísticos de cidades novas, uma designação de bairros específicos com o seu dimensionamento e com uma proposição de traça e de arquitectura próprias, evidenciadas pelo isolamento de cada bairro. Aqui reside, a nosso ver, um dos principais defeitos de algumas destas cidades novas: a imbricação progressiva das formas e das ambiências, características de qualquer cidade que se fez ao longo duma história, o tecido e a traça arquitectónica, tão variada quanto possível, foram substituídos por unidades isoladas umas das outras. Veja-se, a título exemplificativo, o caso dos grandes complexos habitacionais do Parque Foz, William Graham, Pinhais da Foz. Sabemos que a própria história participa na definição dos bairros; assim, tal bairro conserva o nome da aldeia ou do lugar anexado no passado, tal outro evoca a função que o fez nascer, tal outro, ainda, é designado pelo primeiro acontecimento importante aí realizado. Todavia, estes bairros surgidos através do tempo têm, frequentemente, limites fluidos, e a passagem de um a outro faz-se de maneira insensível, sem ruptura radical do tecido, da arquitectura e da ambiência.

Esta diversidade de dimensões e esta ausência de ruptura quanto à forma e quanto à função, como quanto à ambiência parece encontrar-se a nível das percepções e das utilizações, de três maneiras que se interpenetram. Primeiro, o tipo de utilização influencia a dimensão do bairro: quanto mais residencial ele for, mais extenso poderá ser, em princípio, e quanto mais especializado for numa função, tanto mais concentrado tenderá a ser. Assim, num bairro residencial urbano os comércios, em sentido lato, vão, frequentemente, reagrupar-se no cruzamento de ruas. Depois, a concentração será maior, na medida em que a sua utilização e a sua função se apresentarem altamente especializadas. Por último, as percepções e as práticas sociais definem

os bairros, quer quanto à utilização que fazem os actores sociais, quer quanto à implicação afectiva de que são objecto.

Este último ponto merece-nos algumas reflexões. Pode dizer-se, muito resumidamente, que a importância dada ao bairro se situa ao longo dum continuum que apresenta duas situações extremas. Para certas populações, o bairro é o lugar de enraizamento total e quase exclusivo. Na análise dum operação de renovação levada a cabo, nos anos sessenta, na 13.^a circunscrição administrativa de Paris, Henri Coing¹⁴ mostra que a deslocação imposta conduziu à morte relacional e mesmo física de pessoas que residiam aí em velhas casas desconfortáveis, mal equipadas - população muito desfavorecida intelectual, social e economicamente. Coing explica isto pelo facto de se tratar de uma população que vive e pensa em termos tão concretos e imediatos que, reinstalada num outro alojamento e noutra local, numa nova relação espacial a outros alojamentos e equipamentos, havia perdido todo o sentido de orientação e de fixação. Claude Lévi-Strauss refere a mesma situação em relação às tribos índias dos Bororós, cujas aldeias eram a imagem da sua estrutura social¹⁵. Estes exemplos, como aqueles evocados anteriormente nas áreas da Ribeira-Barredo e nas «ilhas» do Porto, são significativos de como a materialidade reenvia directamente à sociabilidade e à utilização, excluindo, geralmente, qualquer outra modalidade de vida social. Compreende-se, assim, o significado do espaço construído e do espaço de circulação, em termos de valor de uso, no sentido forte, ou seja, não reduzido à sua dimensão utilitária.

Ao invés desta situação globalizante em que a vida social se inscreve totalmente em formas e em espaços concretos, encontram-se bairros, geralmente com maior extensão, nos quais a população procura, para além do alojamento, uma qualidade do meio envolvente, de estética e, por vezes também, o meio social. Esta preocupação combina-se com uma implicação limitada ao bairro, visto mais como sinal de pertença social do que como meio de vida. Estes bairros são, geralmente, pouco equipados em comércio e serviços, e as relações entre os habitantes são mais ou menos limitadas, apesar da homogeneidade do meio. Assim, o bairro é, antes de mais, um modo de se dar a ver socialmente e uma promoção quanto ao alojamento; não é a base privilegiada das relações, nem o lugar de utilizações quotidianas, dispersando-se estas segundo o seu tipo pelo território mais vasto de toda a cidade.

¹⁴ H. COING, *Rénovation urbaine et changement social*, Ed. Ouvrière Paris, 1966. Veja-se também a excelente obra de Alain BOURDIN, *Le patrimoine reinventé*, PUF, Paris, 1984.

¹⁵ C. LÉVI-STRAUSS, *Tristes Tropiques*, Plon, Paris, 1955.

Entre estas duas situações extremas que acabam de ser evocadas, há uma gama variada de possibilidades intermédias, que mostram que o espaço, apreendido e vivido como bairro, apresenta dimensões muito variáveis, e que a significação deste espaço é também muito diversificada, desde a polivalência funcional e efectiva quase exclusiva, até à expressão formal dum «status», cujos fundamentos e manifestações efectivas não se encontram aí.

Assim, embora não sendo fácil nem vantajoso traçar fronteiras aos bairros, revela-se, no entanto, útil tentar formular determinadas regras que, por isso mesmo, são limitativas. O exemplo mais elucidativo foi a tentativa de Lee, que operacionalizou um «quociente de vizinhança», um «neighbourhood quotient» («NHQ»), ou seja, um mapa mental elaborado a partir das respostas de entrevistados, a quem se pedia para no mapa traçarem um círculo delimitando o seu bairro e para localizarem os lugares de residência dos seus amigos, bem como os lugares dos comércios, serviços e equipamentos utilizados¹⁶. Tais regras, embora nos pareçam correctas, são apenas indicadores duma tendência, e não devem ser aplicadas automaticamente. Na verdade, aplicando automaticamente a regra de Lee, que consiste em que a extensão da ideia de bairro é proporcional ao nível social ou, na terminologia de Bourdieu¹⁷, à «posição social», ou seja, a propriedades que decorrem do lugar ocupado pelo grupo na estrutura social, eliminar-se-iam as variáveis de «condição social», isto é, as que decorrem de propriedades intrínsecas a um certo tipo de actividade profissional ou de características materiais de existência. Assim, a percepção e a significação do bairro diferem, segundo a combinatoria de múltiplas variáveis, entre as quais o nível social tem papel importante, mas não determinante, nem prioritário, nem automático.

4. LÓGICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DO BAIRRO

A diferença das percepções do espaço, em geral, e do espaço do bairro, em particular, e das significações deste assumem um outro sentido mais profundo com o problema da participação dos actores sociais.

A noção de bairro não pode dissociar-se dos modelos culturais. Para uns, o bairro é vivido como algo próximo da «comunidade de aldeia», meio de conhecimento recíproco, de entreatajuda e de controlo, no interior do qual se organizam a identidade e a segurança e se

¹⁶ T. LEE, «Urban Neighbourhood as a socio-spatial Schema», *Human Relations*, vol. 21, n.º 3, pp. 241-267.

¹⁷ P. BOURDIEU, «Condition de classe et position de classe», *Archives Européennes de Sociologie*, VII, 1966, pp. 201-223.

situam todas as relações, e a partir do qual se lê o exterior como negativo. Para outros, ao contrário, o bairro é o lugar de residência, e, cada vez menos, o lugar de relações intensas, estas, por natureza, controlantes.

Parece-nos, pois, importante reflectir sobre o projecto daqueles que insistem na ideia de bairro como lugar privilegiado de vida e de expressão de «convivialidade». Embora um tal projecto vise a luta contra o anonimato da cidade, por exemplo, ou um apoio aos mais desfavorecidos, a sua concretização pode provocar efeitos não previstos que contribuirão para a sua destruição. Assim, conceber o bairro como lugar de comunidade, associando a esta apenas conotações positivas, pode convertê-lo em lugar de controlo máximo, de limitação à liberdade, à inovação e à mudança.

Para além da evocação de comunidade, a ideia de bairro reenvia também ao problema da participação. Em que medida é que o facto de os habitantes se interessarem intensivamente pelo seu bairro abre preocupações mais amplas ou, ao contrário, impede de ultrapassar o nível do imediato e do utilitário? Aqui, uma vez mais, parece-nos necessário apelar para a combinatória da «posição» e da «condição» social, evocadas anteriormente, e da qual dependem a intensidade das relações de bairro e a abertura a questões mais globais. Parece-nos, contudo, que um envolvimento muito intensivo na vida do bairro não favorece uma visão mais ampla dos problemas e oculta o peso das determinações económicas e políticas, que escapam ao poder local na sua definição, mas não nas suas consequências.

A questão parece-nos tanto mais importante, na medida em que, por vezes, a defesa apaixonada do bairro vem duma franja da «classe média» ou da «pequena burguesia», que aí encontra um lugar e uma maneira de se afirmar, criando a ilusão dum poder que, de facto, não possui e contribuindo para a ocultação de problemas políticos e ideológicos globais¹⁸.

O problema é complexo, e as situações são fluidas; mas estas não podem ser resolvidas com predeterminações nem com planeamentos que gelam a vida. O bairro define-se através do vivido e do agir social, consolidando-se a partir da sua história. O bairro é, pois, polissémico e não rigorosamente delimitável. Por outro lado, se a significação atribuída ao bairro não é a mesma para todas as pessoas, o interesse pelo bairro pode concretizar-se, para uns, numa tomada de consciência dos problemas globais e numa responsabilidade acrescida, enquanto que para outros pode acentuar um comportamento de retraimento e de enquistamento, o que reforçará a política daqueles

« M. PINÇON-CHARLOT, E. PRETECEILLE, P. RENDU, *Ségrégation urbaine*, Anthropos, Paris, 1986.

para quem o bairro não tem valor em si e não passa dum peão no xadrez que se joga a outra escala.

Por último, parece-nos importante que a cidade global e os bairros específicos assumam, cada vez mais, o seu papel dinâmico como lugares de encontro e de expressão. Parece-nos que o espaço urbano, como expressão de linguagem e de comunicação social, deve estar intimamente associado ao imaginário social. Se a estruturação de «*espaços primários*», constitutivos de uma simbólica cheia de constrangimentos e da seriedade da vida quotidiana, é fundamental, ela deve ser, no entanto, acompanhada da estruturação de outros espaços «*secundários*» e alternativos que permitam a criatividade e outras solidariedades e práticas sociais¹⁹. Importa, para isso, assegurar a cada meio social um espaço em que ele possa dominar as regras da utilização, e não estar submetido às regras dos outros; importa, igualmente, melhorar a qualidade dos espaços públicos, lugares privilegiados de múltiplas formas de sociabilidade intermediária, embora anónimas e efémeras, e também de expressão e de informação; implica, ainda, melhorar a qualidade dos lugares semi-públicos, contribuindo, assim, para a segurança e a utilização da cidade. Estas acções exigem, porém, uma reflexão concertada sobre a cidade e o abandono duma política fragmentada que se refere mais a funções segregadas do que à consideração de efeitos conjuntos. O espaço social urbano aparece, assim, ligado a um novo paradigma e a uma nova matriz urbanística, que exprime novas maneiras de coexistência e novas práticas sociais.

¹⁹ P. SANSOT et ai., *L'espace et son double*, Ed. du Champ urbain, CRU, Paris, 1978.

RESUMO

Analisam-se algumas formas de coexistência e práticas sociais em meios urbanos, com incidência particular no centro urbano do Porto. O objectivo é mostrar como, ao contrário dos chamados «centro administrativo» e «centro comercial», caracterizados essencialmente pela polifuncionalidade e pela heterogeneidade populacional residente ou utente, os bairros são tanto mais valorizados quanto à intensidade da significação e quanto à qualidade de utilização e de apropriação simbólica, quanto mais especificados forem, de modo dominante embora não exclusivo, por um determinado tipo de população e/ou por uma função particular.

RÉSUMÉ

Des formes de coexistence et des pratiques sociales des habitants en ville, notamment au centre urbain de Porto sont ici analysées. On montre comment, au contraire du «centre d'affaires» et du «centre commercial», caractérisés essentiellement par la polyfonctionnalité et l'hétérogénéité des populations résidentes et utilisatrices, les quartiers sont d'autant plus valorisés en intensité de signification et en qualité d'usage et d'appropriation symbolique, lorsqu'ils sont spécifiés, de façon dominante mais non exclusive, par un type de population et/ou par une fonction particulière.

ABSTRACT

Some forms of coexistence and social practices in urban environments are analysed with special incidence in the urban centre of Oporto. The objective is to demonstrate how, contrarily to the so-called 'administrative centre' and 'commercial centre' (Central Business District), characterized essentially by the heterogeneous multifunctional residing or utilizing population, the boroughs, relating to intensity of signification and to quality of utilization and symbolic ownership, are the more valued, the more specified they are, in a dominant though not exclusive way, by a certain type of population and/or by a particular function.